



ÁREA TEMÁTICA: Saberes e experiências profissionais

Jornalismo: uma profissão em mudança

ANDRINGA, Diana

Doutoranda, Sociologia da Comunicação

CIES-ISCTE

dianaandringa@netcabo.pt

Resumo

Sair de um regime de Censura para a Liberdade de Imprensa exigiu um período de aprendizagem, a fazer pela primeira vez a reportagem de manifestações, de conferências de Imprensa, reportagem em directo: “A simples forma de tratar comunicados de várias páginas que era preciso reduzir a uma notícia era uma aprendizagem. Vivíamos um turbilhão social, éramos cidadãos, estávamos no meio da Revolução.”

Daí resultou “uma geração que discute, se interroga, que está nas redacções com um posicionamento particular, que é estar sempre a discutir o trabalho e a profissão. As novas gerações não discutem tanto a profissão, não discutem tanto os trabalhos, e isso cria vícios de rotina, até de estatuto e identidade profissional”

Que impacto tem essa mudança quando, cada vez mais, a velocidade e o directo deixam o jornalista a sós com as suas dúvidas?

Uma reflexão sobre jornalismo, a partir de entrevistas realizadas no âmbito do projecto "Perfil do Jornalista".

Palavras-chave: jornalismo, mudança, censura, política, ética





1. Traçando o Perfil Sociológico do Jornalista Português

Acusados de omitirem informações ou de falar de mais, de se encarniçarem sobre um tema ou de o deixarem cair, de perseguirem os poderosos ou de serem coniventes com eles, os jornalistas são, simultaneamente, aqueles de quem se espera a chamada de atenção para um problema há muito negligenciado, a denúncia de um mal social, a correcção das injustiças. Quem não ouviu já propor, perante uma fuga de água há muito por controlar, um caso de poluição, um sentimento de insegurança, “vamos para os jornais” ou “o melhor é chamar a televisão”? Com melhores ou piores pretextos, jornalistas e meios de comunicação – muitas vezes numa amálgama sem rigor - estão no centro da maioria dos debates sobre os valores da sociedade. Mas, como escreve, sobre a França, Rémy Rieffel (Rieffel, 1984:9), se se disserta muito “sobre a influência das novas técnicas de comunicação, do futuro da televisão e da imprensa escrita, das expectativas e da composição do público”, não tem havido um esforço verdadeiro para conhecer as mulheres e os homens que difundem a informação: “Entre o instrumento e o produto acabado, o indivíduo, enquanto tal, foi durante muito tempo o grande ausente das pesquisas sociológicas”.

Pese embora os inquéritos levados a cabo no nosso país, por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas e/ou de sociólogos como Paquete de Oliveira e José Luís Garcia, a situação não é diferente em Portugal.

Dai que o grupo de investigadores que se propôs – com o apoio da FCT, do Sindicato dos Jornalistas e da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas – traçar o Perfil Sociológico do Jornalista Português tenha entendido juntar à análise quantitativa da situação dos jornalistas em Portugal um conjunto de entrevistas tendentes a conhecer melhor quem são e o que pensam esses jornalistas portugueses de quem se fala normalmente como um todo, apesar das suas múltiplas e flagrantes diferenças.

2. Metodologia

Logo na primeira reunião do grupo, e sob proposta do coordenador, Professor Doutor José Rebelo, estabeleceram-se três tempos essenciais para o trabalho:

1. Tratamento e análise dos dados estatísticos caracterizadores dos jornalistas portugueses, com base nos indicadores recolhidos pela Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas e pelo Sindicato dos Jornalistas (organizações com as quais foi celebrado um protocolo de colaboração);
2. Construção de uma amostra representativa do universo dos jornalistas profissionais;
3. Realização de entrevistas semi-directivas, segundo um guião cujo projecto deverá ser objecto de discussão em grupo.

Durante o período de construção da amostra e da preparação do guião foram-nos de especial utilidade, para lá dos trabalhos de Rieffel, as reflexões de Pierre Bourdieu sobre as condições de realização das entrevistas do projecto *La Misère du Monde*. Longe da figura do observador distanciado, diversos elementos do nosso grupo de trabalho, simultaneamente jornalistas e investigadores, mantêm relações de grande proximidade, amizade ou, pelo menos, camaradagem, com alguns dos entrevistados. A leitura e o debate das reflexões de Bourdieu tranquilizaram-nos quanto a essa proximidade: na verdade, este defende que, quando o interrogador é socialmente muito próximo daquele que interroga, dá a este “*garantias contra a ameaça de ver as suas razões subjectivas reduzidas a causas objectivas, as suas escolhas vividas como livres reduzidas ao efeito dos determinismos objectivos evidenciados pela análise*”, além de que fica desde logo assegurado “*um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos relativos aos conteúdos e formas da comunicação*” (Bourdieu et al., 2003:1395). Mas Bourdieu alerta, também, para um risco decorrente da familiaridade com o entrevistado (Bourdieu et al., 2003:1398): o de este dizer tudo,



excepto os pressupostos que partilha com o entrevistador, mas que são desconhecidos das pessoas em geral e, logo, indispensáveis à compreensão pública da entrevista.

Para lá dessas leituras e debates e da auto reflexão constante de cada elemento do grupo, houve também a reflexão colectiva e a crítica dos restantes elementos do grupo, já que todos liam e discutiam as entrevistas, uma vez passadas a escrito pelo entrevistador.

Saliente-se ainda que estas entrevistas, semi-directivas, muito próximas da “história de vida”, eram depois dadas a ler aos entrevistados, que teriam de dar o seu acordo à versão final. Finalmente, os entrevistadores explicitavam a situação em que decorrera a entrevista e faziam a sua própria avaliação.

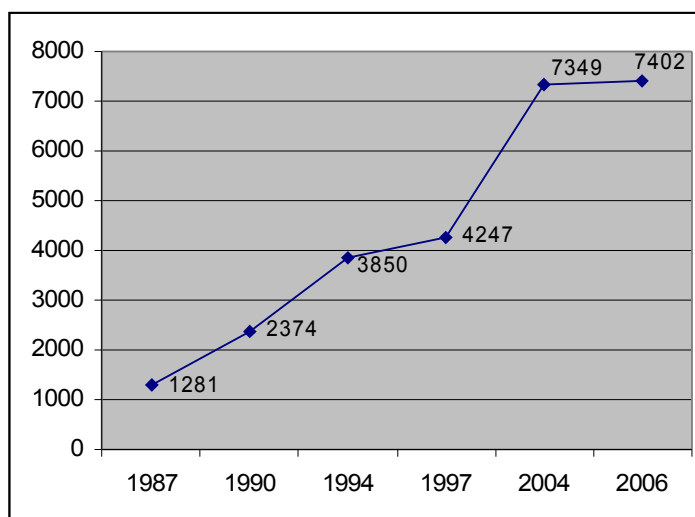
Isto no tocante à metodologia qualitativa. No que refere à metodologia quantitativa, o facto de o grupo trabalhar com o total dos dados cedidos pela Comissão da Carteira Profissional do Jornalista garante uma fiabilidade dos resultados muito superior à de qualquer dos inquéritos aos jornalistas anteriormente efectuados – havendo, mesmo assim, que ter em conta que, apesar de a lei exigir a todos os jornalistas em exercício o título profissional, nem sempre tal exigência é cumprida, nomeadamente devido à utilização, pelos órgãos de informação, do trabalho de jovens em estágio académico.

Os números mostram bem quanto mudou o jornalismo português desde que o mais velho dos nossos entrevistados, José Estêvão Santos Jorge, se iniciou na profissão, em 1939, aos 16 anos.

3. Uma profissão em acelerada mudança

No início da década de 40, o universo dos jornalistas portugueses rondava os duzentos e só um pequeno número – os repórteres e redactores dos jornais diários – tinha direito ao título profissional.

Sete anos mais tarde, quando José Estêvão consegue sindicalizar-se, o número de jornalistas crescera já para cerca de 350. Rondará os 700 por altura do 25 de Abril de 1974. Em 1987, há 1281 jornalistas com carteira profissional¹. Em 1997, 4247. Em 2006, a Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas contabiliza 7402 títulos profissionais.



Fonte: Perfil Sociológico do Jornalista Português

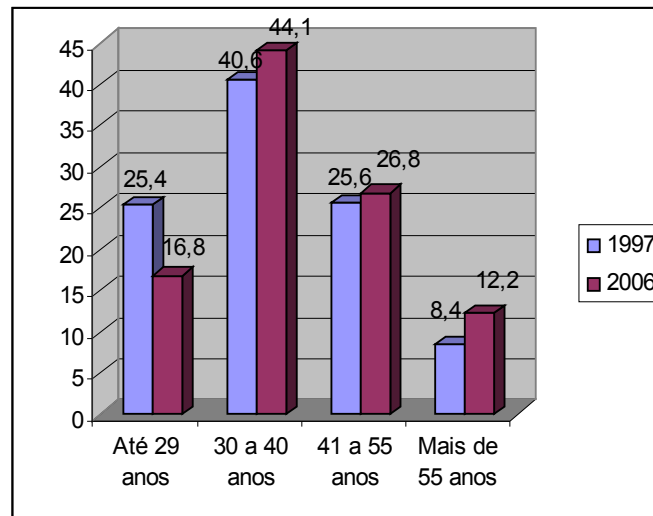
Evolução do número de jornalistas com Carteira Profissional de 1987 a 2006

Este crescimento vai determinar profundas alterações na estrutura do grupo profissional.

Começa por verificar-se a juvenilização da profissão: em 1990, os grupos etários até aos 44 anos representavam 70,1% de todos os jornalistas e quase um quarto dos profissionais tinha menos de 30 anos. Em 1997, a tendência para a juvenilização continuava a acentuar-se, tendo 25,4% dos jornalistas menos de 30 anos e 40,6% entre 30 e 40 anos.



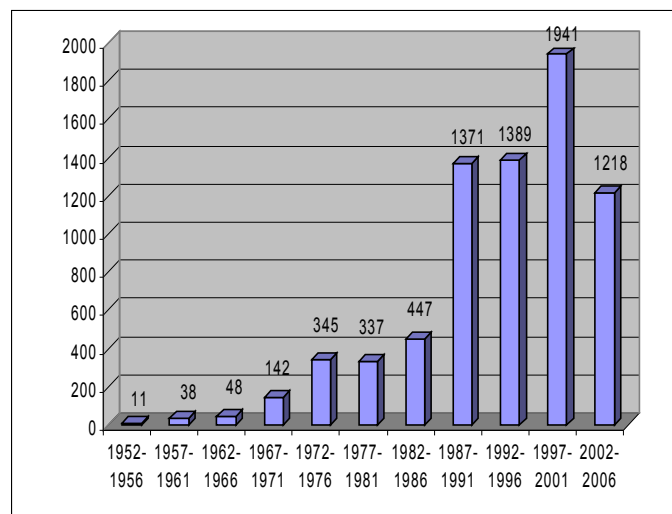
No entanto, em 2006, a tendência inverteu-se: a percentagem de jornalistas com menos de 30 anos baixou de 25,4% para 16,8%, enquanto que a de jornalistas com mais de 55 anos passou de 8,4% para 12,2%.



Fonte: Perfil Sociológico do Jornalista Português

Percentagem de jornalistas por grupo etário (1997 e 2006)

Essas alterações reflectem as oscilações verificadas no ingresso na profissão, ligadas ao 25 de Abril de 1974, à abertura de rádios e televisões privadas ou, simplesmente, à extensão do título profissional a novas categorias profissionais ⁱⁱ:

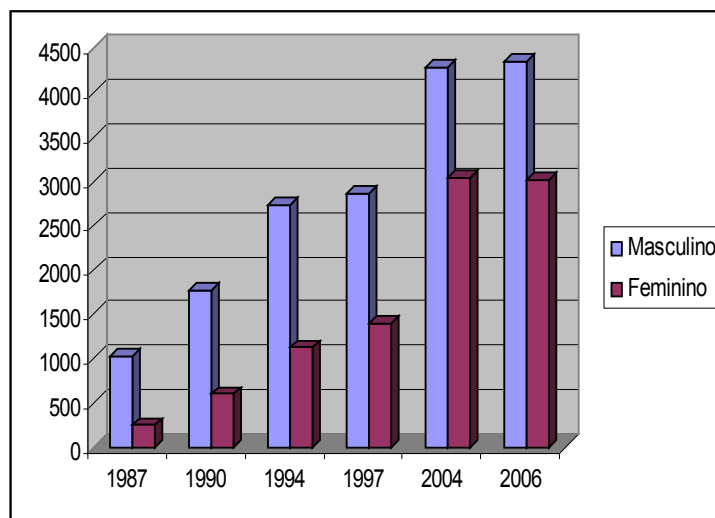


Fonte: Perfil Sociológico do Jornalista Português

Número de ingressos na profissão, por intervalos de 5 anos, entre 1952 e 2006

A par com o crescimento e reflectindo as alterações ocorridas na sociedade, verificou-se também um maior equilíbrio de género: se, em 1987, as jornalistas são apenas 19,8% do total dos profissionais, em 1997 a sua representação é de 32,8% (Alcântara da Silva, 2000) e, em 2006, as mulheres representam 43,4% dos jornalistas por conta de outrem, 33,7% dos jornalistas em regime livre, 39,6% dos desempregados e 15,5% dos reformados.

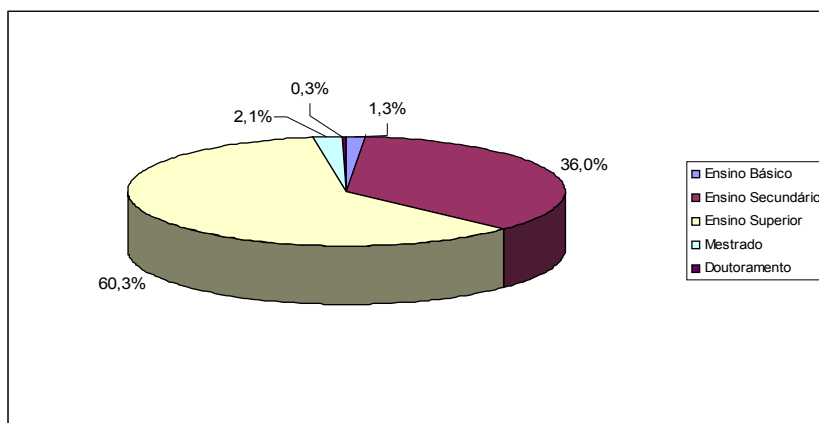
Nas faixas etárias mais jovens, aliás, o número de mulheres jornalistas supera o número de homens, tendo, no quinquénio de 2002-2006 entrado para a profissão 706 mulheres e apenas 508 homens.



Fonte: Perfil Sociológico do Jornalista Português

Evolução do número de jornalistas por género (1987-2006)

Outra das grandes mudanças dá-se ao nível da escolaridade: se só em 1982 se tornava obrigatória para o exercício da profissão a conclusão do curso complementar, o jornalismo é hoje uma profissão de licenciados: 60,3% contra 36% de habilitados apenas com o ensino secundário.



Fonte: Perfil Sociológico do Jornalista Português

Distribuição do Total de Titulares, por Habilitações Académicas (%)

De salientar que, nesta habilitação com o ensino secundário, se inserem os jornalistas que, sobretudo nas décadas de 60 a 80, chegaram à profissão após a frequência de cursos superiores, o que levou alguns sociólogos a concluir que o jornalismo surgia como *“uma opção de segunda escolha para indivíduos com percursos escolares interrompidos que procuram na profissão as hipóteses de progressão social e económica aproximada à que lhe podia conferir a posse de licenciaturas”* (Garcia, Castro, 1993). Conclusão, a meu ver, precipitada, já que esquece que, na época, a frequência de um curso superior abria as portas a diversas outras colocações, e a interrupção dos estudos era muitas vezes motivada pela preferência pelo jornalismo, que não tinha, em Portugal, ensino especializado. (Isso mesmo parece apontar a elevada frequência do 1º Curso de Jornalismo levado a cabo pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 1968, a que acorreram muitos jovens então inscritos em diferentes Faculdades.)



4. Da Censura aos dias de hoje: o discurso dos jornalistas

O 25 de Abril de 1974 não provocou apenas mudanças na estrutura do grupo profissional: as já referidas juvenilização, feminização e melhoria das habilitações escolares. Habitados a viver sob Censura, os jornalistas tiveram de aprender a escrever livremente – e, também, a confrontar-se com novas formas de pressão.

Dado que grande parte da acção da Censura se exercia sobre questões de ordem política – mas não só, como a leitura, entre outros, de “Os Segredos da Censura” (Príncipe, 1979), abundantemente demonstra – parece-nos pertinente começar por recordar como se passavam, no Estado Novo, as relações entre jornais, jornalistas – então um grupo profissional extremamente reduzido – e poder político.

Convém também lembrar que, dissolvido em 1934 o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, por os seus dirigentes recusarem aceitar estatutos conformes ao Estatuto do Trabalho Nacional – publicado em 23 de Setembro de 1933 – é criado, com base num abaixo-assinado de um grupo de cem pessoas que se auto-intitulam representativos da classe o Sindicato Nacional dos Jornalistas que, entre Dezembro de 34 e Março de 37 tem como presidente António Ferro, que, simultaneamente, dirige o Secretariado da Propaganda Nacional. (Veríssimo, 2003).

Segundo o decano dos entrevistados do Perfil Sociológico do Jornalista Português, José Estevão Santos Jorge, o lugar de presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas era, nos anos 40, muito disputado, porque o seu ocupante tinha assento na Câmara Corporativa, o que lhe rendia “*uma avençazinha de uns cinco contos*” [mais do dobro do ordenado de redactor], além de “*algumas vantagens grandes — uso e porte de arma, presença aqui e ali.*”

Em 1943, José Estêvão trabalhou, pelo “Diário de Lisboa”, na “Informação da Arcada”, espécie de Gabinete de Imprensa que funcionava no Ministério do Interior, coligindo a informação de todos os ministérios e enviando-a para os jornais, mediante uma avença: “*Na altura ninguém queria fazer uma coisa daquelas: tinha que se dar a volta toda pelos ministérios, Presidência da República e Presidência do Conselho, logo de manhã.*” E embora Salazar determinasse que as notícias “dos actos da administração pública” fossem fornecidas aos jornais por intermédio do Gabinete (Veríssimo, 2003:29), “*era preciso uma certa habilidade para a gente se acercar dos funcionários.*” Falar com ministros ou secretários de Estado era coisa impensável. Para notícias “*mais especiais*”, funcionava o contacto pessoal: “*O dr. Norberto Lopes [chefe de redacção do D.L.] mandava-me telefonar para certas pessoas importantes lá dos ministérios, que ele tratava por tu.*”

Obrigado ao duplo emprego pelo baixo salário, José Estevão – que nunca teve militância partidária, mas andou a fugir “*ao cavalos da guarda republicana, quando foi do Norton de Matos*” – trabalhava também no jornal “A Voz”, da União Nacional. O trabalho consistia, sobretudo, em aproveitar notícias já publicadas pelos vespertinos, Diário de Lisboa e Diário Popular. Mas nem isso evitava os problemas, como quando o chefe de redacção julgou que ele copiara, sem alterações, uma notícia sarcástica escrita por Vítor Direito no D.L.: “*Ele tinha acabado de chegar da União Nacional e tinha estado a falar directamente com o Marcelo Caetano. “Quem fez isso, despeça-o”, disse-lhe o Marcelo.*” Felizmente para José Estevão, tinha lido o Diário da Manhã [também ligado ao regime]: “*Passei-lhe o Diário da Manhã. A notícia do Vítor Direito estava lá chapada. Ele olha para mim, aliviado, e diz: “Ah!, não se fala mais nisso.” Assim, já podia responder [à exigência de Marcelo Caetano]: ‘Tem é que correr com os do Diário da Manhã. A gente [em A Voz] não trabalha assim...’*”

Nessa altura da entrevista, Adelino Gomes, que a conduz, pergunta : “*O que é que estava na vossa cabeça, naquele altura: ‘Sou jornalista, vivo num país que está sob um regime de ditadura, há censura?’*” A resposta é elucidativa: “*Em A Voz, julgo que não afectos à Situação só éramos eu e o César Afonso. (...) A questão que colocou não se punha: tirando os dois nomes que referi, todos estavam de acordo com o regime.*”

Em outros jornais, como “O Século”, a diversidade política era maior: “*Era uma autêntica democracia. Tinha fascistas, monárquicos, comunistas, socialistas, anarquistas. A malta convivia admiravelmente. O Acúrcio*



[Acúrcio Pereira, chefe de redacção] *nem sequer permitia qualquer quezília por motivos de ordem política – e as pessoas respeitavam isso*, lembra Baptista-Bastos, entrevistado por Avelino Rodrigues. B.-B. afirma ter trabalhado em “O Século” com “a liberdade possível” e, sobre a família proprietária, declara: “*Aquilo era outra gente, hoje já não há patrões assim. Os Pereira da Rosa gostavam do ofício e sabiam apreciar o bom jornalismo.*”

Acabará por ser expulso do jornal em 1960, por ter estado envolvido na chamada “Revolta da Sé”. Não sem que um dos Pereira da Rosa, Carlos Alberto, tente ajudá-lo, lembrando que a história já tinha um ano e perguntando: “*O que é que você faria hoje?*” Mas B-B responde que faria o mesmo – e Carlos Pereira da Rosa despede-o, mas com “*muita pena*”.

Outra prova dessa capacidade de convivência entre “homens dos jornais” de campos políticos opostos: no desemprego, Baptista-Bastos é convidado por Manuel Figueira – que, como Director de Informação na RTP, tem obviamente a confiança do regime – para fazer os noticiários da televisão num período das férias. Só há um senão: o facto não deve ser conhecido. Pelo que os recibos de pagamento têm outro nome: “*Na RTP eu era o Manuel Trindade*”, conta Bastos e remata: “*E lá fui fazer as notícias internacionais.*”

Também no Diário Popular, Brás Medeiros assegura a Baptista-Bastos que os patrões nunca lhe cortarão um texto. E não só cumpre, como, sabendo que o jornalista fora clandestinamente à RDA, o exorta a escrever sobre a experiência e, ao saber o artigo retido pela Censura, protesta e ameaça com um artigo de fundo. “*Um quarto de hora depois estavam lá as provas, aprovadas*”, afirma Bastos.

Tido como um jornal de oposição, o Diário de Lisboa é naturalmente procurado por uma nova geração anti-regime, por vezes com uma aprendizagem política e cultural feita nas associações de estudantes. Joaquim Letria – que, desde os 13 anos, sonhava ser jornalista, imaginando-os, sob a influência de Tintin e dos romances americanos, a *dar a voz a quem a não tem, defender os mais fracos, denunciar as arbitrariedades* – anda, em 1961/62, “*mês e meio a rondar o Diário de Lisboa*”. Presidente da Pró-Associação dos Liceus, envolvera-se no “luto académico”, perdera o ano e só um emprego lhe permitiria enfrentar a família. Recebido por Mário Neves [subdirector do jornal e comissário da Feira Internacional de Lisboa], este pergunta-lhe: “*Você quer um emprego ou quer ser jornalista?*”. E explica: “*Se quer um emprego, eu arranjo-lhe um emprego na FIL ; se quer ser jornalista, é melhor pensar em que é que se vai meter!*”

No DL, Letria vai, como vários outros, esforçar-se por driblar a Censura, escrevendo nas entrelinhas. “*Mas isso era na geração que estava a começar*”, recorda, “*porque os velhos já estavam cansados disso. O Norberto [Lopes] não queria que o jornal se atrasasse por causa “dessas porcarias” e da censura. (...). O jornal não queria problemas, mas mantinha as suas distâncias relativamente à política do governo, sobretudo na questão colonial.*”

Em 67 mandam-no acompanhar uma viagem de Américo Tomás à Guiné e a Cabo Verde. Vítor Direito, o chefe de redacção, dá-lhe as instruções: «*Não precisamos de si para escrever a notícia do “venerando chefe do Estado”, para isso basta a ANI e a Lusitânia. Você vai para o caso de acontecer alguma coisa (se matarem o Tomás ou assim...) mas só escreve se achar que vale a pena*”.

É que, nesse tempo, como afirma Carlos Pinto Coelho, chegado ao jornalismo em 68, as coisas “*tinham a virtude de serem transparentes: os jornais exibiam cores, identidades, ideologia, quem os comprava sabia ao que ia.*” Comprar o Diário de Lisboa ou o Diário Popular, o Século ou o Diário de Notícias, era um acto de escolha – e cada um dos títulos tinha os seus fiéis leitores, que um perfil comum unificava. Os próprios ardinas tinham essa noção e não se enganavam quando, faltando um jornal, propunham uma alternativa. “*Todos trabalhávamos sob o céu de chumbo da Censura*”, continua Pinto Coelho, “*mas um jornal de intervenção tentava praticar um jornalismo de intervenção e assumia-se como tal, um jornal monárquico não o escondia de ninguém, a direita gostava de se mostrar nas suas páginas.*”

José Carlos de Vasconcelos, jornalista desde 1966, aborda um menos referido efeito da Censura: “*Pressões directas sobre mim ou jornalistas como eu não havia, talvez porque para escrever certas coisas*



os eventuais ‘pressionantes’ sabiam que não valia a pena, e para não escrever outras eram desnecessárias, porque existia a Censura...”

Referindo que se notavam, no entanto “«fretes» em vários jornais, sobretudo na área económica”, Vasconcelos considera que, “na área política será melhor falar em domínio por parte do poder salazarista e, depois, marcelista, na televisão, na rádio e nos jornais que lhe eram afectos” .

Se a RTP tinha o monopólio da televisão, já quanto à rádio, para lá da Emissora Nacional, tida como a voz oficial do regime e a única a ter serviços noticiosos regulares, havia a Rádio Renascença e o Rádio Clube Português. No Rádio Clube Português havia um reduzido núcleo de noticiaristas – então sem carteira profissional de jornalistas – e, na Renascença, até ao início dos anos 70, as notícias eram feitas à base de recortes de jornais, lidos por um locutor.

Para os serviços de noticiários funcionava o mesmo molde de Censura que para os jornais: chegavam os telexes do SNI, da France Press, da Reuters, as folhas da Lusitânia – entregues em mão – e depois a posição dos Censores sobre os telexes, autorizando-os, introduzindo cortes parciais ou proibindo-os: “Uma vez, numa notícia, a censura cortou a palavra “não”, ou seja, “escreveu” a notícia ao contrário.” , conta João Paulo Guerra.

Mas a Rádio, por emitir em directo, conseguia algumas fugas: assim, por exemplo, quando do assalto ao Santa Maria, em 61, no Rádio Clube “a notícia foi dada sem esperar pela autorização. E depois os jornais exigiram publicar a notícia, uma vez que já tinha sido dada na rádio.”

Desrespeitar os cortes, apostando em que, na maioria das vezes, os censores não estariam a ouvi-lo, era também, por vezes, a escolha de Joaquim Furtado – que, recusava, também, chamar “terroristas” aos elementos dos Movimentos de Libertação que, nas colónias, combatiam o Exército português, preferindo usar o termo “guerrilheiros”.

Mas o RCP tinha também, como a Renascença, um serviço interno de fiscalização, espécie de Censura a posteriori para os programas gravados e até um Delegado do Governo, para analisar casos de maior melindre. João Paulo Guerra, que teve alguns confrontos com este, a propósito do livro de Cardoso Pires, “O Delfim”, das cheias de 67 e da Tomada da Bastilha pelos estudantes de Coimbra, recorda a surpresa que teve com uma entrevista ao coveiro de Salazar – que Adelino Gomes, que ouviu Guerra para o projecto Perfil do Jornalista, afirma estar “carregada de ironia”: “ Passou tudo”, recorda João Paulo Guerra. “As únicas coisas que não passaram fui eu que as cortei pensando que, se as deixasse, o programa era todo cortado.” A Censura externa a induzir a auto-censura...

João Paulo Guerra, Joaquim Furtado e Adelino Gomes são alguns dos jovens que, chegados à rádio nos anos 60, a encaram como um bom instrumento para tratar problemas sociais: “Nada de subversivo, apenas falar de alguns problemas das pessoas”, esclarece Furtado: “Alguma coisa que não fosse só conversa mole, toca o disco, vira o disco.” O Tempo Zip, em que Furtado e Guerra trabalham, como o Página 1, em que trabalha Adelino Gomes – enquadram-se nessa tentativa de realizar trabalhos próximos do jornalismo, tratando, muitas vezes de forma metafórica, a situação social.

Mas, a 6 de Setembro de 1972, o assalto de um comando palestino à aldeia Olímpica de Munique, com o rapto dos atletas de Israel, provoca o afastamento quer de Adelino Gomes – que, num comentário no programa Página 1, lembra a situação nos territórios ocupados – quer de João Paulo Guerra, que reutiliza esse comentário na abertura do Tempo Zip: “E pronto”, diz João Paulo Guerra, “foi o último Zip. O programa, bem como o Página 1, foi suspenso”.

Será no entanto no Rádio Clube Português que Joaquim Furtado se cruza com o Movimento das Forças Armadas que, na noite de 24 de Abril de 1974, inicia o golpe que vai pôr fim ao regime – e à Censura.

No ar está o programa “A noite é nossa”. Na redacção, Furtado prepara o noticiário. Apercebe-se da entrada de alguém e, quando ergue os olhos, depara com um militar “com uma pistola na mão, mas com um ar tímido, nada agressivo”. Por momentos, teme que seja a concretização do boato insistente de um golpe de



Kaulza de Arriaga. Mas chegam mais militares e um capitão explica que se trata de *“um golpe de Estado para depor o regime, fazer eleições, acabar com a guerra colonial, a Censura e os presos políticos”*. Trazem um comunicado e começam a discutir quem o lerá, até que propõem ao jornalista que o leia, com eles de armas apontadas – para, se tudo correr mal, poder dizer que o fez sob pressão. Joaquim Furtado lê o comunicado sem essa precaução: *“Nessa parte fundamental da minha vida, não ajo como jornalista, mas nem penso nisso: é como jornalista que sou que estou do lado da Liberdade.”*

Trata-se, a partir daí, de aprender a trabalhar sem Censura: *“Nessa altura não havia cursos de jornalismo, éramos todos autodidactas”*, lembra Furtado. *“E houve um período de aprendizagem, a fazer pela primeira vez a reportagem de manifestações, de conferências de Imprensa, reportagem em directo... A simples forma de tratar comunicados de várias páginas que era preciso reduzir a uma notícia era uma aprendizagem. E a profusão de comunicados era tal que a certa altura começámos a pôr no ar alguns que eram gravados por telefone, procurando dar voz a toda a gente. Vivíamos um turbilhão social, éramos cidadãos. (...) E a aprendizagem fazia-se pela prática, nomeadamente em plenários, com representantes até da Comissão Administrativa.”*

Isso originou situações curiosas, como em 1975, quando um grupo de jornalistas entendeu dever chamar a atenção dos ouvintes para a parcialidade de certos noticiários, através de um texto escrito por Adelino Gomes. Sentindo-se criticados, os jornalistas ligados ao PC pediram tempo de antena para responder. E, durante um dia, os ouvintes do Rádio Clube tiveram dois grupos de jornalistas a explicar as suas posições.

Mas nem todas as querelas partidárias no interior das redacções foram resolvidas de forma tão cavalheiresca. Pelo contrário. Alguns dos entrevistados para o Perfil lembram-se bem das convulsões havidas no Diário de Notícias, no O Século, na República, na Rádio Renascença.

José Estêvão – que andou a *“festejar o 25 de Abril na rua, com a mulher, a filha e a sogra”* – é saneado, aos 51 anos, do Diário de Notícias, pela direcção José Saramago/Luís de Barros, por ter assinado um documento contestando a orientação do jornal:

“Um dia de Agosto de 1975, no meio do trabalho, veio o José Sampaio ter comigo e disse-me: “Nós sabemos que tu não vais assinar este manifesto, mas não queríamos entregá-lo sem que tu o lesses”. Leu-o: “Tudo o que estava lá era verdade. O jornal evidentemente estava ao serviço do PC, do gonçalvismo. Como antes teria estado antes ao serviço do PS. (...) . Peguei na caneta e assinei.”

Foi despedido: *“Nessa altura tinha a meu cargo a minha mulher, a minha filha, que estava a estudar Economia e a minha sogra. De repente fiquei sem capacidade de gerir a família.”*

Carlos Pinto Coelho fazia também parte dos jornalistas a afastar : *“Nas vésperas dessas inquisitórias expulsões fui chamado ao gabinete de Barros e ali solenemente convidado a escrever uma carta a despedir-me da empresa. Que era melhor assim... livrava-me do carimbo de “saneado”... ‘veja lá as consequências disso em pleno processo revolucionário...’ E estendia-me uma folha de papel com um texto já redigido, à espera de assinatura. Deus ou o Diabo pegou na minha mão direita e assinei aquilo.”*

Com o país em efervescência, haverá outros saneamentos. Nos jornais, nas televisões, nas rádios, sucedem-se – por vezes até com violência física – as disputas pelo poder.

João Paulo Guerra fora convidado por Álvaro Belo Marques, que os militares tinham levado do República para a Emissora Nacional, para organizar a reportagem do 1º de Maio: *“Disse imediatamente que sim. Montámos tudo de um dia para o outro.”* “Ficaste até quando?”, pergunta-lhe Adelino Gomes. Guerra responde: *“Até ao 25 de Novembro [de 1975]. Fui despedido outra vez. Por um papel afixado na porta a dizer que estava despedido. “*

Joaquim Furtado, que entrara para a RTP em Fevereiro de 1975, afirma que o 25 de Novembro marca a entrada numa nova fase, a que chama *“dos comissários políticos”*: *“As redacções passam a ter pessoas que, sendo jornalistas, estão ali com a função de controlar a forma como as notícias são feitas.”*



Teresa de Sousa entra, em 1976, para o Jornal Novo, um dos poucos jornais privados que resistira à nacionalização da banca: *"Era o único jornal onde o PC não mandava, portanto que as pessoas pensavam que tinha informação que lhes pudesse interessar sem cunho ideológico, ou orientação partidária..."*

Vinda de *A Voz do Trabalhador*, órgão teórico do partido em que militava, o PCP(M-L), *"nunca tinha pensado ser jornalista na vida"* – mas, ao fim de três meses de estágio, tornou-se editora da secção Internacional. A Pedro de Sousa, que a entrevistou para o Perfil do Jornalista, contou que continuava a defender uma visão maoista e anti-soviética – e que as páginas que dirigia chegaram a ser conhecidas, nos meios jornalístico e político, como *"as páginas amarelas"* – mas recusa que se critique hoje essa forma de escrever sem uma contextualização muito forte em relação à segunda metade da década de 70 portuguesa, em que a ideologização das notícias era generalizada: *"Depois, claro, a vida dos jornais normalizou e eu normalizei."*

A pacificação política e também a chegada de jovens que não tinham conhecido as lutas do PREC, muitos deles licenciados nos recém criados cursos de Comunicação Social e Jornalismo – que a classe há muito reivindicava – diminuem a importância das paixões políticas em prol de um maior profissionalismo.

Teresa de Sousa considera que os jornalistas de hoje *"olham para os factos e para os acontecimentos de uma maneira (...) muito mais objectiva, muito menos passional, e acho que isso melhorou extraordinariamente a qualidade do jornalismo em Portugal"*. Até porque, normalmente licenciados em áreas próximas da profissão, são *"muitíssimo mais bem preparados do que eram no meu tempo"*, têm *"um nível cultural mais elevado"*.

Miguel Sousa Tavares, jornalista desde 1975, concorda: *"Hoje em dia, quase todos têm uma licenciatura em qualquer coisa, que até pode ser péssima mas dá-lhes pelo menos uma bagagem de conhecimentos e um treino para ir à procura de conhecimentos. Quase todos falam línguas, é muito raro apanhar um tipo da nova geração que não fale inglês."*

Já Judite de Sousa, que entrou em 1979, por concurso público, para a RTP, não acha que a superior preparação académica provoque automaticamente *"uma melhoria intrínseca em termos de desempenho profissional"* e considera *"que entraram nos cursos de Comunicação Social muitos jovens que não tinham vocação para serem jornalistas."*

José Rodrigues dos Santos, que entrou para a profissão em 1981, destaca a importância do recrutamento feito nas Universidades: *"É um sistema de recrutamento muito melhor, muito mais justo e mais prestigiante para a profissão."*

Mas embora a universidade crie uma boa base de conhecimentos e um bom campo de recrutamento, não basta para resolver todos os problemas, quando, entrados numa redacção, os jovens jornalistas têm de passar à prática.

Judite de Sousa lembra que, quando começou a trabalhar, os seus textos eram vistos pela subchefe de redacção, que os corrigia e os adaptava à linguagem televisiva: *"Era um trabalho muito acompanhado. (...) Hoje em dia os jornalistas entram na redacção e não existe este acompanhamento de proximidade."*

Miguel Sousa Tavares lamenta essa inexistência: *"Nas redacções que eu conheço, os chefes ou são incompetentes ou não têm tempo. (...) Eu acho que os miúdos saem das faculdades, chegam ali e são entregues às feras, são completamente abandonados."*

A crítica de Joaquim Letria vai no mesmo sentido: *"Começa a aparecer muita gente que não tem preparação e sobretudo não tem tempo, com esta informação instantânea, com esta pressa de fazer as coisas e com esta pressão para ter resultados imediatos e para dar coisas espectaculares. É terrível! Eles hoje não podem dizer como eu dizia: «Ó chefe, olhe que eu não tenho isto pronto, não conte com isto para amanhã!»."*



Letria refere também a perda de referências e memória nas redacções devido ao afastamento da geração anterior.

Talvez por isso Jacinto Godinho – que entrou para a RTP, por concurso, em Dezembro de 1986 – dê grande importância à sua passagem pela delegação da televisão pública em Faro, onde teve a experiência de integração numa comunidade profissional, a dos correspondentes dos diversos órgãos de informação.

Godinho lamenta, aliás, que esse tipo de relacionamento raramente se propicie, o que atribui, em parte, à instabilidade das redacções: *“Anteriormente por causa daquilo a que se chamou o alinhamento das redacções, da luta ideológica, agora por causa das questões económicas, a fragilidade do emprego, o problema das pressões e das influências.”*

A velocidade – que as novas tecnologias não apenas permitem, mas exigem – a pressão dos ritmos de trabalho, muitas vezes a par com a diminuição do número de jornalistas, a substituição dos jornalistas mais antigos por jovens recém-chegados à profissão, tudo isso cria um clima de trabalho que não se compadece nem da necessidade de acompanhamento dos estagiários, nem da importância das antigas discussões nas redacções, que se prolongavam para lá delas:

“As pessoas vivem mais isoladas e, como vivem mais isoladas, vivem mais sob stress, sob pressão e a pressão leva-as a não terem a clarividência, a paz suficientes para reflectirem sobre as relações sociais dentro do jornalismo, sobre o seu próprio trabalho”, diz Jacinto Godinho.

Segundo Judite de Sousa,, no que respeita à televisão, o aparecimento das privadas alterou o quadro em que os jornalistas se movem do ponto de vista profissional, com a competição a dificultar a proximidade e amizade nas redacções: *“As relações tornaram-se muito mais impessoais e o individualismo emergiu também de uma forma muito mais vincada; acho que hoje em dia estamos muito numa lógica do “salve-se quem puder”.”*

Era na geração mais velha – agora em grande parte afastada da RTP – que Jacinto Godinho encontrava mais interlocutores: *“Era uma geração que não tinha grandes certezas em relação ao jornalismo. Por isso é uma geração que discute, se interroga, ou seja, que está nas redacções – sempre esteve – com um posicionamento particular, que é estar sempre a discutir, o trabalho e a profissão.”*

Uma geração, na opinião de Godinho, em que as decisões tomadas no trabalho *“têm sempre por base uma reflexão sobre a profissão, ainda que essa reflexão possa vir de posicionamentos completamente distintos.”* Já as novas gerações, em sua opinião, *“não discutem tanto a profissão, não discutem tanto os trabalhos, e isso cria vícios de rotina, até de estatuto e identidade profissional.”*

Por outro lado, se as gerações próximas do 25 de Abril eram demasiado marcadas ideologicamente, as jovens gerações, formadas por uma universidade que, sensível à governamentalização dos órgãos de informação, os alertou para os perigos da manipulação política, parecem desarmadas perante outras influências, como a económica. *“Construímos uma cultura ideológica virada para a demarcação entre o terceiro e o quarto poder e não para os outros poderes.”,* diz Jacinto Godinho. *“Estamos conscientes e detectamos os sinais das tentativas de influência política, mas não temos defesas para outras influências que, neste momento, são muito mais poderosas e decisivas no deturpar das regras jornalísticas do que a do poder político.”*

Rodrigues dos Santos fala de *“uma submissão excessiva”* *“à lógica de mercado”* e pensa que, se os jornalistas hoje em dia têm maior independência do que tinham no passado, *“não têm tanta como aquela que gostam de projectar”.* Como Godinho, refere que a interferência na esfera jornalística se exerce hoje *“de uma maneira mais insidiosa, através do mercado, ou então, quando falamos da área política, no clima de intimidação criado pela regulação musculada ou por um Estatuto do Jornalista que fragiliza a independência da profissão.”*

Furtado teme que a visão que considera *“mais profissional”* dos jovens jornalistas tenha um outro lado, o valorizar a carreira acima da responsabilidade social : *“Há uma tendência no meio jornalístico de fazer do*



exercício da profissão algo que é autónomo da sua inserção no mundo. E não é. É uma tendência que está associada e serve de argumento para as pessoas defenderem a sua própria sobrevivência num Mundo em que os jornais correm riscos e o sensacionalismo e a tabloidização são a saída e as pessoas acabam por condescender. A concorrência, sendo um motor que ajuda a transformar as coisas de forma positiva, pode, em certas conjunturas, levar as pessoas a nivelar pelo que é mais comercial, para sobreviverem.”

Considerando que mudaram os padrões de referência pelos quais se regiam os proprietários dos media, “dantes a concorrência pela qualidade, agora a competição pelo lucro”, Carlos Pinto Coelho mostra-se ainda mais desencantado: “O emprego tornou-se cada vez menos estável e mais entregue a profissionais precários, sem arrojo nem tempo de aperfeiçoamento. Na mesma linha, abandonaram-se as delegações no estrangeiro que dantes eram providas de profissionais capazes de perceber o sítio do seu trabalho; desapareceram as reportagens de investigação com tempo bastante de pesquisa, os jornalistas especializados em matérias que requerem acumulação de saber e dedicação exclusiva. Enfim, um factor fatal é a pobreza da escola portuguesa, que gera universitários com reduzidos horizontes mentais e, no final, frágeis licenciados em jornalismo, mal preparados para pensar e para fazer.”

Licenciado e doutorado em Jornalismo, Jacinto Godinho considera a universidade não pode, sozinha, criar a capacidade de resistência ao sistema: “Uma coisa é discutirmos isso na cátedra. Conheço pessoas que são eticamente das mais responsáveis do Mundo, mas que, em situações de pressão, enquanto coordenadoras que têm de exigir ao seu jornalista que ponha a peça no ar, querem é que ele faça o mais rápido possível, independentemente do resultado, e são as primeiras a atropelar a ética.”

Nesse momento, o momento do directo, o momento da escolha do corte na mesa de montagem, o jornalista está, afinal, terrivelmente só. Como diz Godinho:

“No limite, nós ficamos ali, à beira do abismo, com um grande problema para resolver, que é um problema interior: como é que vamos resolver, como é que temos resistências internas para resolver entre a exigência de fazer depressa e a necessidade de fazer bem?”

5. Bibliografia

ALCÂNTARA DA SILVA, Pedro, *Jornalistas portugueses: elementos sociográficos*, Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=561, 2000.

BOURDIEU, Pierre (dir.), *La Misère du Monde*, Seuil, Paris, Fevereiro de 1993.

GARCIA, José Luís e José Castro, “Os Jornalistas Portugueses. Da Recomposição Social aos Processos de Legitimação Profissional”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, Lisboa: CIES, nº13, p. 102, 1993..

PRÍNCIPE, César, *Os Segredos da Censura*, col. Nosso Mundo, Caminho, Lisboa, 1979.

RIEFEL, Rémy, *L'élite des journalistes*, PUF, Paris 1984.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo, *Os jornalistas nos anos 30/40 Elite do Estado Novo*, Col. Comunicação, Minerva Coimbra 2003.

ⁱ Existia nessa altura um grande grupo de jornalistas exercendo a profissão sem título profissional, o que comprometia o rigor dos dados obtidos através da concessão de Carteira Profissional.

ⁱⁱ O regulamento da carteira profissional de jornalista – então emitida pelo Sindicato – esteve suspenso desde 1962, e só é em 1972 os jornalistas desportivos e em 1975 os jornalistas da imprensa não diária, da rádio, da televisão e de actualidades cinematográficas são integrados no Sindicato dos Jornalistas. Em 1979 são publicados o Estatuto do Jornalista e o Regulamento da Carteira Profissional, ficando o SJ obrigado a emitir o título profissional a todos os jornalistas, sindicalizados ou não, o que faz até 1993. Em 1987/88 a atribuição do título profissional estende-se aos repórteres de imagem da televisão, aos *cartoonistas*, aos desenhadores/maquetistas, aos assistentes ou secretários de redacção e aos assistentes de informação da RDP e RTP que procediam, entre outras tarefas, à pesquisa e/ou recolha de informação. De 93 a 96 não são passados títulos profissionais, iniciando-se a revalidação das carteiras profissionais no mês de Junho de 1996, com a entrada em funções da CCPJ.